

UMA FREGUESIA CAMPONESA: Questões teóricas e metodológicas¹

Luís Henrique de Oliveira – PPG-UFJF

O início do século XIX representa, para Minas Gerais, um momento importantíssimo em sua trajetória histórica. Foi um período de reordenamento econômico-social, ocorrido pelo fato de a mineração ter perdido, para a agropecuária, sua condição de principal atividade econômica.

O período delimitado para a nossa análise, abarca dois momentos distintos e fundamentais para se compreender a economia mineira. Segundo Carla Almeida, para a província de Minas Gerais, caberia uma periodização que se explicaria da seguinte maneira: um primeiro subperíodo de auge da mineração (ou reflexo do auge) que vai de 1750 a 1770, um segundo em que a economia entraria num processo de "acomodação evolutiva", 1780 a 1820, e um último subperíodo que representaria uma recuperação econômica, 1830 a 1850. Em função do nosso recorte de análise (1750 a 1820) ele abarca os dois primeiros subperíodos.

Durante o primeiro subperíodo, 1750 a 1770, temos um momento em que ainda predominava a mineração como atividade principal. É bom ressaltar que, a atividade mineradora não excluía de seu espaço econômico as atividades agropecuárias. Estas atividades, apesar de coexistirem com a extração do ouro, ficavam relegadas ao segundo plano. Segundo Carla Almeida,

Apesar de decrescente, a produção aurífera ainda era suficientemente importante para manter a mineração como atividade principal e conservar a sua estrutura produtiva intacta, pelo menos até 1770. Acreditamos que só em meados do decênio de 1770 esse declínio começa a provocar uma rearticulação econômica intencional que poderá ser percebida a partir de 1780.²

Portanto, a década de 1780, foi o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser o seu eixo central. Como afirma Ângelo Carrara, *"enquanto a população dos distritos mineradores declinou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências), as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado"*³

Se referindo ao segundo subperíodo (1780-1820), Carla Almeida se utiliza das seguintes palavras:

A expressão "acomodação evolutiva" nos parece perfeita para se referir ao período da economia mineira, que vai de 1780-1810. O termo será por nós utilizado para caracterizar uma economia que não está, nem em processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas sim, de rearticulação interna que, por razões específicas da região, acabou possibilitando um novo tipo de dinamismo econômico.⁴

Enfim, uma produção voltada para a auto-subsistência e podendo ter seus eventuais excedentes comercializados em mercados locais. Além do mais, alguns importantes fatores políticos acelerariam a efetivação e dinamização deste mercado interno que vinha se esboçando. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, é bastante significativa desta situação. Como lembra Alcir Lenharo:

(...) após 1808, o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade voltado para o mercado interno solidificou-se. As transformações que tomavam conta do mercado carioca acabaram por definir o Rio de Janeiro como pólo drenador de gêneros de abastecimento do Centro Sul.⁵

Nesse contexto, nos parece de extrema importância uma análise comparativa do papel do campesinato na constituição deste mercado interno, nos dois subperíodos selecionados. Entendemos que, a medida em que se confirmava a vocação agropecuarista de Minas Gerais (efetivada no período de 1780 a 1820), este grupo assumiria um papel cada vez mais relevante na estrutura produtiva da região.

Nos parece que a Freguesia de Guarapiranga, marcada pelas atividades agropecuárias, é uma região ideal para se analisar as especificidades de uma economia marcada pela presença camponesa, centrada no trabalho familiar e voltada inicialmente para a subsistência, tema dos mais polêmicos dentro da historiografia brasileira. Tais unidades camponesas, através desta produção agropecuária, iriam suprir o mercado interno da capitania durante o momento de auge da mineração, e participar de forma relevante na produção econômica mineira, após a decadência da produção aurífera.

A Freguesia de Guarapiranga, que pertencia ao Termo de Mariana, localiza-se ao sul dessa cidade, fazendo fronteira com a mesma. Apesar de pouco estudada, esta freguesia possui características muito peculiares, que merecem atenção para que possamos

compreender melhor uma parcela importantíssima da economia mineira e, até mesmo, colonial. Guarapiranga localiza-se na Zona da Mata Mineira, portanto é uma região coberta pela Mata Atlântica e, ao longo do século XVIII, tornou-se não só centro minerador como também de produção de alimentos, podendo esta última ser mercantilizada ou não. Na região, portanto, a agricultura existia antes mesmo da chegada do café.

A Zona da Mata Mineira dos séculos XVIII e XIX, tradicionalmente conhecida como propícia às atividades agropastoris, caracteriza-se como uma área de fronteira agrícola que prima pela existência de terras cultiváveis e não aproveitadas. Portanto, a Zona da Mata, assim como outras regiões, era uma área de fronteira agrícola aberta à exploração para quem se dispusesse a ocupá-la. Desde de 1753 a 1756, anos iniciais em que a região foi mais intensamente povoada, Guarapiranga primava pela produção agrícola, *“são inúmeras as sesmarias concedidas nesses anos, nas quais se mencionavam grandes roças de milho, casas de vivenda, paiol, senzalas, bananais e outras árvores”*⁶. Ida Lewcowicz relata, em relação ao ano de 1800, que a *“(...) a comunidade de Guarapiranga ou Piranga, à margem do riacho de mesmo nome, braço do Rio Doce, vivendo de suas roças de milho e bananais”*⁷.

Através dos dados já recolhidos para a freguesia de Guarapiranga em meu trabalho de bacharelado, recentemente realizado,⁸ podemos constatar que a região não foge muito das características de Minas Gerais no que se refere às preferências produtivas. Apesar de encontrarmos para esta freguesia a existência de determinadas atividades voltadas para o mercado, como produção de aguardente, açúcar e até mesmo uma importante produção pecuarista, os principais produtos cultivados em Guarapiranga eram o milho e o feijão. Recorrendo a Francisco Eduardo Andrade, ele mostra que:

Nas Gerais, os gêneros agrícolas comumente plantados eram aqueles que faziam parte da dieta dos habitantes. O mais generalizado e antigo cultivo, na região de Mariana, era o do milho, consumido nas formas de farinha ou ‘canjica’... Associado ao milho, o feijão vai ser plantado em menor proporção, já que esta leguminosa exigia mais cuidados no cultivo e não se prestava à alimentação animal (suínos e bestas de cargas).⁹

Outra característica desta região, e que demonstra ser esta uma área propícia à presença de camponeses, é sua produção pecuarista. Identificamos uma pecuária bastante volumosa, que podia ser útil tanto no trabalho diário; que era responsável pela subsistência da população local, quanto poderia eventualmente se vincular ao mercado. Encontramos nessas unidades produtivas, a criação de: gado vacum, porcos, carneiros, ovelhas, cabras; assim como detectamos, para o trabalho agrícola, a presença de cavalos, mulas, bestas e “machos”. Um fato marcante na região é o predomínio de uma pecuária suína, em relação à bovina. Portanto, assim como em outras regiões da Província, em Guarapiranga, a criação de porcos era bastante comum, existindo tanto em unidades produtivas escravistas ou não. Segundo Carla Almeida, *“o milho (farinha de milho, angu e canjica), o feijão e a carne de porco, constituíam a base da alimentação da população em Minas Gerais”*¹⁰.

Assim, podemos constatar a grande presença de camponeses (homens livres pobres), na freguesia de Guarapiranga, em função das características produtivas da região, uma produção agropecuária voltada primeiramente para a subsistência, mas que poderia ter seu eventual excedente comercializado em mercados locais.

Escrever sobre o campesinato, significa penetrar em um dos mais perigosos terrenos da historiografia. A tentativa de se definir o que se entende por camponês, não é nada fácil, e como diz Ciro Flamarion, *“a noção de camponês é, possivelmente, uma das mais escorregadias que existem”*.¹¹ Segundo Ricardo Abramovay¹², ao se utilizar a expressão “camponês”, ao invés de aparecer uma unanimidade entre os pesquisadores, o que surge são diversos tipos de abordagem. Em publicação recente onde revê suas idéias anteriores sobre a noção de camponês, Ciro Flamarion confirma sua opinião em relação à dificuldade de se definir o campesinato que para ele é: *“Uma noção vaga, ampla demais e carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos, concomitantemente, é impossível abandonar tal noção, por ser idéia socialmente difundida, desde muito antes do advento das ciências sociais.”*¹³

Como lembra Sônia Souza, a grande dificuldade parece residir em definir quem seriam os camponeses. Vários autores procuram conceituar o campesinato. Encontramos

na escola populista russa, a mais elaborada teoria a respeito do funcionamento da economia camponesa, realizada por Alexander Chayanov. Segundo este autor:

Uma economia camponesa se caracteriza pelo acesso à terra e pela utilização da mão-de-obra familiar. Segundo este autor, o principal objetivo do camponês é procurar suprir as necessidades básicas dos membros da família, o que justificaria o fato de recorrer ao mercado, sem no entanto, visar o lucro, aspecto que diferencia uma unidade de exploração camponesa de uma empresa capitalista.¹⁴

Portanto, a base desta economia é a família, e segundo este autor, seu tamanho influencia na dimensão de terra a ser cultivada em função das necessidades dos seus membros. O trabalho de João Fragoso, *"Homens de grossa aventura"* visa, entre outras regiões, analisar os agentes de produção, presentes no complexo agropecuário voltado para o abastecimento interno em Minas Gerais, principalmente após o auge minerador, o que não significa, que a atividade mineratória excluísse de seu espaço econômico, as atividades agropecuárias. Assim, a freguesia de Guarapiranga, representaria também, este espaço econômico estudado por Fragoso. Na tentativa de ampliar o conceito de campesinato, e melhor identificá-lo dentro de Minas Gerais, Fragoso recorre a Daniel Torner, para quem:

Uma unidade camponesa pode incluir um ou mais trabalhadores de fora do núcleo familiar (escravos, servos domésticos, jornaleiros, etc) sem que isso faça com que a unidade deixe de ser camponesa. Isso é claro, desde que a contribuição dos 'de fora' seja inferior à dos membros da família na produção.¹⁵

Quando porém, a questão é definir o campesinato no Brasil, a tarefa é ainda mais difícil, pois, são escassos os estudos referentes ao tema, sobretudo no período escravista. O campesinato brasileiro conviveu com o sistema escravista, no entanto, foi relegado ao segundo plano em função do interesse dos pesquisadores se centrar no caráter exportador da economia brasileira, priorizando a análise de senhores e escravos e ignorando os setores ligados à economia de abastecimento interno de alimentos, que desempenharam papel importantíssimo na formação da economia brasileira.

Assim como fez Sônia para a região de Juiz de Fora, adotarei como referencial para definir o que seria uma economia campesina, as definições de Hebe Castro e de Ciro Flamarion Cardoso. A justificativa para esta opção teórica é o fato destes autores estenderem o conceito de camponês ao período escravista brasileiro.

Para Ciro Flamarion, uma estrutura camponesa se define do ponto de vista econômico, sobretudo por quatro características:

1) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, e como dispor do excedente.¹⁶

Da mesma maneira, Hebe Castro, ao trabalhar com os traços básicos que definem uma unidade como camponesa, destaca principalmente a estabilidade no acesso à terra, que possibilitava ao camponês, desfrutar de uma autonomia frente aos grandes proprietários, e o predomínio do trabalho familiar, não excluindo uma mão-de-obra adicional, que no caso brasileiro poderia ser livre ou escrava.

Assim, para o desenvolvimento desse estudo adotaremos como camponesas, aquelas unidades onde os indivíduos possuíam acesso estável a terra, não necessariamente como proprietário legal; produção destinada ao sustento da unidade produtiva, o que não impedia o oferecimento de eventuais excedentes no mercado interno; finalmente, a mão-de-obra essencialmente familiar, não descartando, porém, a utilização eventual de trabalho adicional podendo ser de livres ou escravos. No caso da utilização eventual da mão-de-obra escrava, incluiremos neste universo, somente aqueles proprietários que possuíam até cinco cativos.

No entanto, para a realização deste trabalho, é de suma importância uma discussão a cerca da metodologia, e dos aportes teóricos aqui utilizados, que giram em torno da micro-história. Segundo Revel, no final dos anos 70, um dos primeiros a oferecer um diagnóstico pessimista sobre o trabalho dos historiadores de sua geração, foi Lawrence Stone, que convidava a refletir sobre o momento que a historiografia atravessava. Todo o mal-estar, se assentava na incerteza dos historiadores com relação à capacidade de administrar a duração que pretendiam analisar. Assim, *"As ambições diminuem, os discursos tornam-se mais modestos, pelo menos de imediato. Mas esse tempo de recuo aparente poderia se de*

uma reconstrução. A Micro-história deve ser compreendida como uma tentativa neste sentido."¹⁷

Assim nasce a micro-história, que deve ser entendida como um sintoma, como uma resposta a uma situação de desconfiança com relação à História Social dominante, propondo uma reformulação de certas exigências e procedimentos. Como afirma Levi *"a micro-história é uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes"*¹⁸. Para este autor, a redução de escala de análise, *"representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização"*.¹⁹ Portanto, a micro-história não procura renunciar à história social, mas sim reconsiderá-la e dinamizá-la. Ela nos permite um enriquecimento da análise social, complexificando-a ao levar em conta aspectos inesperados. Como salienta Levi, o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica se baseia na crença de que a análise microscópica revelará fatores previamente não observados.

Como toda análise historiográfica inovadora, a micro-história não poderia deixar de ser alvo de críticas e questionamentos acerca do seu alcance histórico. O ponto de maior polêmica, gira em torno da contribuição de uma análise pontual para o entendimento mais abrangente, o que ela teria de representativo, de que modo ajudaria a entender as grandes transformações históricas. A questão elaborada por Natalie Zemon Davis, resume de maneira esplêndida toda essa desconfiança em torno da redução de escala: *"La primera objecione: hasta que punto, es representativo vuestro valle, pueblo, mascara, masacre, molinero, impostor, exorcista o santo de los galgos?"*²⁰

Para Giovanni Levi, a micro-história é uma prática que visa essencialmente a redução da escala de observação, em uma análise microscópica, com base em um estudo intensivo do material documental.

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.²¹

Para Levi, portanto, o método da micro-história consiste principalmente na redução da escala de análise da investigação para em seguida, estabelecer um jogo entre a dimensão detalhada do enfoque de pesquisa e a escala ampliada do contexto social que lhe atribui sentido e que é enriquecido com as novidades provenientes da microanálise. Portanto, podemos perceber que ao realizarmos uma modificação da escala de análise, estaremos proporcionando uma leitura mais densa e rica, do que a de uma abordagem que privilegie somente um dos lados do foco de pesquisa.

Portanto, o que propomos neste trabalho é proceder a uma análise micro-histórica da freguesia de Guarapiranga, mas sem perder de vista ou abandonar a estrutura, o contexto a que esta freguesia se articula. Como lembra Natalie Zemon Davis, micro-história não é necessariamente história regional. A micro-história pode sim ser característica de um período, é preciso que haja, no entanto, este intercâmbio com o macro, um "Jogo de escalas", é preciso que busquemos observar e levar em conta o "processo".

¹ O presente texto se refere ao projeto de Mestrado que se encontra em andamento, portanto, ainda não apresenta resultados definitivos, e sim apresentação da região e dos aportes teóricos.

² ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *LPH: Revista de História*. Departamento de História da UFOP. Mariana: Editora da UFOP, n.5, 1995, p.101

³ CARRARA, Ângelo Alves. A Capitania de Minas Gerais, (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Econômica & História de Empresas III*. 2.2000. p.47

⁴ ALMEIDA, Carla Maria C. *Op. Cit.* p.106

⁵ LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação (o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1993, p.33.

⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda. 1971, p. 363.

⁷ LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do Celibato In: LIMA Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e Padres: História e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 65.

⁸ Para ver de forma mais completa estes dados ver: OLIVEIRA; Luís Henrique de. *O comportamento camponês: Características econômico-sociais do campesinato e inovação de técnicas agrícolas - Piranga, 1780-1820*. Mariana: ICHS, Departamento de História da UFOP, 2004.

⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.*, p.116

¹⁰ ALMEIDA, Carla Maria C. *Op. Cit.* 1994, p. 161.

¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.51

¹² ABRAMOVAY, Ricardo. Duas Visões do Campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*. n.2, v.20, 1990, p.306.

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (org). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002, p.35

¹⁴ SOUZA, Sônia Maria de. *Op. Cit.* p. 10

¹⁵ *Idem.* p.133

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.52.

¹⁷ REVEL, Jacques. *Op. Cit.* p.15

¹⁸ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* São Paulo: UNESP, 1992, p.135

¹⁹ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* 1992, p.138.

²⁰ DAVIS, Natalie Zemon. *Op. Cit.* p.178

²¹ LEVI, Giovanni. Sobre Micro-História. *Op. Cit.* p. 158